

# A CULTURA BRASILEIRA E AS RAÍZES AFRODESCENDENTES: CONTRIBUIÇÕES DO Povo NEGRO-AFRICANO E A HERANÇA CULTURAL

\*\*\*

## BRAZILIAN CULTURE AND ITS AFRICAN ROOTS: CONTRIBUTIONS OF THE BLACK AFRICAN PEOPLE AND THEIR CULTURAL HERITAGE

Nághila Cristina Amada da Silva<sup>1</sup>  
Agnaldo Rodrigues da Silva<sup>2</sup>

Recebimento do Texto: 11/05/2025

Data de Aceite: 03/06/2025

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições do povo negro-africano para a formação da cultura brasileira, destacando os processos de resistência, preservação e reinvenção da herança cultural afrodescendente. A pesquisa parte da constatação de que, embora historicamente subalternizadas e invisibilizadas, as tradições africanas resistiram à violência colonial e continuam a influenciar fortemente a identidade nacional brasileira por meio da religiosidade, linguagem, musicalidade, oralidade, culinária, danças, festividades e formas de organização comunitária, como os quilombos. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e interdisciplinar, com base em pesquisa bibliográfica de autores como Homi Bhabha (2013), Terry Eagleton (2011), Raymond Williams (2011), Abdias do Nascimento (2002), Muniz Sodré (2002), Kabengele Munanga (2019), entre outros, que discutem cultura, identidade, memória, colonialidade e resistência negra no Brasil. Como resultado, o trabalho evidencia que a cultura brasileira é profundamente marcada pelas matrizes africanas, apesar dos persistentes processos de negação e branqueamento. Além disso, reforça a importância das leis de proteção à diversidade religiosa e cultural, e da preservação da memória nas comunidades quilombolas como instrumento de afirmação de identidade, garantia de direitos e promoção da justiça social.

**Palavras-chave:** Cultura Afro-brasileira. Identidade. Memória. Quilombos. Resistência.

**Abstract:** This study aims to analyze the contributions of Black Africans to the formation of Brazilian culture, highlighting the processes of resistance, preservation, and reinvention of Afro-descendant cultural heritage. The research is based on the observation that, although historically subordinated and invisible,

<sup>1</sup> Professora da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres, atua como Coordenadora Pedagógica na EMEI Professora Dulsângela de Almeida Souza. Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e Mestra em Linguística pela mesma Instituição. Especialista em Literatura Brasileira pela Faculdade São Braz. Especialista em psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo. Graduada em Letras - Português/Inglês e suas respectivas literaturas pela UNEMAT e Pedagogia pela Faculdade Mantenense dos Vales Gerais. E-mail: naghila.silva@unemat.br

<sup>2</sup> Doutor em Letras. Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários – UNEMAT. E-mail: agnaldosilva20@unemat.br

African traditions resisted colonial violence and continue to strongly influence Brazilian national identity through religion, language, music, oral tradition, cuisine, dance, festivities, and forms of community organization, such as quilombos. The methodology adopted is qualitative and interdisciplinary in nature, based on bibliographic research by authors such as Homi Bhabha (2013), Terry Eagleton (2011), Raymond Williams (2011), Abdias do Nascimento (2002), Muniz Sodré (2002), Kabengele Munanga (2019), among others, who discuss culture, identity, memory, coloniality, and black resistance in Brazil. As a result, the work shows that Brazilian culture is deeply marked by African roots, despite persistent processes of denial and whitening. In addition, it reinforces the importance of laws protecting religious and cultural diversity and preserving memory in quilombola communities as a tool for affirming identity, guaranteeing rights, and promoting social justice.

**Keywords:** Afro-Brazilian Culture. Identity. Memory. Quilombos. Resistance.

## Introdução

O termo cultura é notoriamente complexo, pois está associado a diferentes significados. Dessa forma, estudiosos como Bhabha (1998), Eagleton (2011), Romero (2001) e Raymond (2011) apontam a dificuldade de defini-la precisamente, equiparando essa complexidade à da palavra natureza. A dificuldade em conceituar cultura atravessa diversas sociedades, permitindo, contudo, a identificação de noções que ora se opõem, ora se complementam. Assim, o conceito de cultura assume múltiplas dimensões, dependendo do contexto em que é empregado.

Para Eagleton (2011), a noção de cultura teve origem em uma visão romântica, que, ao longo dos séculos, deu lugar a interpretações científicas mais refinadas. Em sua trajetória conceitual, cultura já esteve associada a uma visão folclórica de determinadas sociedades, assim como foi confundida com o conceito de instrução em diferentes povos. Nessa perspectiva, ser instruído significava possuir cultura, e, consequentemente, ser considerado culto. Eagleton (*Ibidem*) também enfatiza que, etimologicamente, cultura está relacionada ao ato de cultivar, remetendo ao crescimento natural de algo com o objetivo de amadurecer e ampliar a consciência.

Se em seu uso mais restrito a cultura designava as manifestações mais refinadas da história humana, atualmente, é compreendida como um conjunto de conhecimentos, saberes e práticas próprias de grupos sociais. Assim, a cultura pode ser vista como um processo dinâmico e orgânico, profundamente conectado aos aspectos da vida social, como costumes, linguagem, parentesco, mitologia e

rituais, elementos que situam os indivíduos nesse processo independentemente de sua escolha.

Bhabha (1998), por sua vez, associa o conceito de cultura ao da diferença. O autor destaca, no entanto, que a representação da diferença não deve ser entendida como um reflexo de características culturais ou étnicas fixas, enraizadas na tradição. Pelo contrário, a diferença constitui-se como uma construção social, sendo, do ponto de vista das minorias, um processo de negociação complexo, especialmente evidente em períodos de transformação histórica. Assim como Eagleton (2011), o pensamento de Bhabha (*Ibidem*) dialoga com estudos sobre hibridismo, multiculturalismo e mestiçagem.

Romero (2001) argumenta que a cultura brasileira tem três matrizes principais: indígena, europeia e africana. Para o autor, as pesquisas sobre a população negra no Brasil são relativamente recentes, pois, historicamente, houve uma negligência em reconhecer sua contribuição, o que ele considera uma grande injustiça.

Nesse sentido, Romero defende a necessidade de resgatar e valorizar o papel dos negros na construção da cultura nacional. Esse entendimento reforça a ideia de que a cultura brasileira é fruto das misturas de diferentes influências, contrariando qualquer tentativa de afirmar uma hegemonia cultural. Raymond (2011) acrescenta que a hegemonia pressupõe um sistema totalizante, que não se limita a aspectos secundários ou superficiais, mas permeia profundamente a sociedade, criando a ilusão de um senso comum. As tentativas de homogeneizar a cultura, portanto, são manifestações ideológicas que buscam naturalizar um conjunto de valores, práticas e ideias que, na verdade, servem para manter determinadas relações de poder.

### **A Influência das Matrizes Africanas na Cultura Nacional**

Nessa perspectiva, cultura é sinônimo de diversidade, e durante o período escravagista, a intenção dos europeus era homogeneizar a cultura, e a cultura que tinha que prevalecer era a do dominador. E assim o Brasil-colônia se conservou único e homogêneo devido às instituições socioculturais europeias:

E nascia assim uma etnia nacional, produto de uma civilização agrária, urbana e rural, diferente das etnias indígenas e africanas. Como, porém, no Brasil nasceu e cresceu “proletariado externo das sociedades, a classe dominante brasileira nada mais fazia senão gerenciá-lo, do nível econômico-produtivo ao ideológico (VANUCCHI, 2002, p.13).

O autor complementa que logo foram se distinguindo dois planos culturais para o Brasil: o erudito e o vulgar. O erudito, marcado pela branquitude e europeidade, alienado e alienante; e o vulgar das camadas subalternas mais criativo, mais aberto à consciência humana e ao atendimento imediato das necessidades espirituais. “Foi por meio desta cultura vulgar – recheada de elementos indígenas e africanos – que o povo brasileiro edificou, com os tijolos e cimentos de que dispunha, a cultura nacional no que tinha assentado na terra e de significativo para toda população” (Ibidem, p.13-14).

No entanto, de acordo Memmi (1977, p.121), nos tempos remotos da escravidão, o colonizador efetivou ações para que essa memória não se perpetuasse, ou seja, para o colonizador não importava verdadeiramente quem eram os africanos, não era interessante “apreender o colonizado em sua realidade”, assim o dominador “se preocupa em fazê-lo sofrer essa indispensável transformação.” Por esse motivo, durante o processo de colonização, as tradições dos povos africanos foram reprimidas, ignoradas, aniquiladas e subalternizadas, sendo submetidas à cultura dominante dos colonizadores europeus.

Os escravos que habitavam o continente americano, incluindo o Brasil, desenvolveram métodos de criação, recriação da memória cultural, mantendo laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. Nesta rede de comunicação, as diversas tradições africanas conservaram traços visíveis dos traços africanos cruciais para sua reconstrução pessoal e coletiva.

Agredido de todos os lados, foi em suas religiões ancestrais que o africano encontrou um espaço onde se apoiar e defender o que lhe restava de identidade humana. E, cientes desse fato, tanto a sociedade institucionalizada como a religião oficial do Estado, o catolicismo, não deram tréguas às religiões vindas da África. Acusadas de cultos fetichistas, sofriam a condenação de sacerdotes católicos e a

repressão policial. Mas a despeito da manipulação de tantas estratégias e recursos para degradar, distorcer e esmagar a herança africana, a cultura convencionalmente tida como a dominante careceu de aptidão para concretizar os objetivos que perseguia (NASCIMENTO, 2002, p.122).

Desse modo, os negros africanos e seus descendentes:

A partir das grandes perdas sofridas, perceberam que tinham que desenvolver estratégias mais sutis, porém muito eficientes, para que pudessem manter vivas suas tradições e poder sobreviver em meio a tanto sofrimento sem esquecer sua origem. Começaram a criar dentro das igrejas, pois o catolicismo era predominante e influente nesta época, as irmandades de povos negros escravizados com o objetivo secreto de, através de contribuições financeiras de cada um, poder comprar a alforria de outros que, ao tornarem-se livres, começavam a desenvolver atividades profissionais mais rentáveis, aumentando dessa forma sua contribuição para a causa. Dessas contribuições sairiam também o auxílio para aquelas escravas que ficaram viúvas, para aquelas crianças que perderam seus pais ou responsáveis, para que pudessem oferecer um funeral digno àqueles que tinham seus corpos abandonados à flor da terra para que os animais viessem comer-lhes as carnes. Dizem que deste sistema financeiro chamado entre os escravizados de “caixa” é que surgiu a ideia da Caixa Econômica Federal que existe até os nossos dias (MINATOJY, 2015, p. 90).

Nesse ínterim, estamos nos referindo ao patrimônio de uma cultura dinâmica, que luta desde a diáspora até a escravidão, com perdas e danos históricos, que se renova, preserva, inventa e reinventa a tradição como fonte de saber e identidade. Culturas de povos em constante busca pela afirmação e reconhecimento de seus valores civilizatórios, que se adaptaram às condições territoriais, ambientais, sociais e políticas ao longo do tempo.

De acordo com Alves apud Nascimento (2002, p. 116) “A primeira medida do escravagista, direta ou indiretamente, era produzir o esquecimento do negro, especialmente de seus lares, de sua terra, de seus deuses, de sua cultura, para transformá-lo em vil objeto de exploração”. Nascimento complementa que a extinção dos documentos referentes ao tráfico negreiro e dos objetos de tortura “é

parte do plano diabólico contra a memória do africano e seu descendente. No qual também se integra, completando a conjuração, o sistema educativo brasileiro.” (Ibidem). Ainda nas palavras do autor:

Caso o negro perdesse a memória do tráfico e da escravidão, ele se distanciaria cada vez mais da África e acabaria perdendo a lembrança do seu ponto de partida. E este ponto de partida é o ponto básico: quem não tem passado não tem presente e nem poderá ter futuro. Evocar o tráfico, lembrar constantemente a escravidão, deve constituir para os brasileiros uma obrigação permanente e diária, sem que isto represente nenhuma forma de autoflagelação patológica e muito menos o extravasamento de um pieguismo lacrimogênio. Esta hipótese está muito distante da minha proposição. O que quero dizer é que tráfico e escravidão formam parte inalienável do ser total dos afro-brasileiros. Erradica-los da nossa bagagem espiritual e histórica é o mesmo que amputar o nosso potencial de luta libertária, desprezando o sacrifício dos nossos antepassados para que nosso povo sobrevivesse. Escravidão quer dizer raça negra, legado de amor da ancestralidade africana (NASCIMENTO, 2002, p.120).

A memória social, nas narrativas, nos cantos, danças e tambores deste período histórico perpetuou. É claro que este ato de ocultar o passado fez com que perdêssemos inúmeras informações e dados específicos da vida negra no período colonial. Porém, como toda cultura de resistência, a vida da nação negra não se apagou e se faz pulsar em nosso dia a dia. As sobrevivências africanas alimentam a alma brasileira na música, nas danças, na religiosidade, na linguagem, na alimentação, nas festividades e nas formas de organização política dos quilombos.

A oralidade é parte integrante da cultura africana e os negros que aqui chegaram trouxeram consigo esta tática de manter e passar seus feitos históricos por meio de suas narrativas. Mesmo tentando apagar da história de forma documental o período escravocrata, o governo não conseguiu capturar a memória de um povo, que saia pelas ruas.

Nessa direção, a formação da cultura afro-brasileira, Lopes (2008) afirma que está se formou a partir de duas matrizes principais: a da civilização congo angolana e da região do Golfo da Guiné, principalmente do antigo Daomé e da atual

Nigéria, ou seja, bantos e sudaneses. Os escravos sudaneses vieram principalmente atender às necessidades específicas, como as do açúcar, no Nordeste, e as do ouro, no Sudeste. Já os bantos foram presença majoritária e constante em todos os momentos da época escravista, disseminando por todo território brasileiro as bases da cultura, a qual se manifesta em várias formas de conhecimento, religiosidade, arte e lazer. A autora ainda afirma que dos oestes- africanos o Brasil recebeu as primeiras concepções filosóficas e doutrinárias, bem como práticas que vieram a se tornar a espinha dorsal da maioria dos cultos e religiões populares praticadas no país. É no caso das várias modalidades de candomblé, da mina maranhense, da encantaria amazônica e da primitiva umbanda.

Nessa senda, os africanos e seus descendentes fizeram muito mais do que plantar, explorar as minas e produzir riquezas materiais. Eles para aqui trazidos como escravos tiveram um papel civilizador, foram elementos ativos, criadores, visto que transmitiram à sociedade, em formação, elementos valiosos da sua cultura. Muitas das práticas da criação de gado eram de origem africana. A mineração do ferro no Brasil foi aprendida pelos africanos. Com eles a língua portuguesa não apenas incorporou novas palavras, como ganhou maior espontaneidade e leveza. Enfim, podemos afirmar que o tráfico foi feito para escravizar os africanos, mas terminou também africanizando o Brasil (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 43)

Quando os europeus invadiram África, estes já possuíam uma organização política estruturada, muito antes da colonização feita pelos europeus; eram mestres em várias áreas: eles dominavam técnicas de agricultura, mineração, ourivesaria e metalurgia; usavam sistemas matemáticos elaboradíssimos; e tinham conhecimentos de astronomia e de medicina que serviram de base para a ciência moderna. “O roubo do legado africano pelos gregos levou a opinião mundial ao erro de que o continente africano não deu nenhuma contribuição à civilização e que seu povo está naturalmente na retaguarda” (JAMES, 2002, p. 10). África é a mãe nação, pois foi lá onde a humanidade iniciou.

Outro ponto de apagamento da cultura africana pelos europeus foram as línguas africanas:

[...]a sua destruição representa mais um ato na tragédia genocida que a sociedade brasileira desencadeou contra os africanos e seus descendentes. Além de destruir o principal instrumento de comunicação humana, social e cultural, o que já é muito grave, simultaneamente à destruição da língua africana, impuseram a língua portuguesa (NASCIMENTO, 2002, p.140).

Assim, o povo banto não é exatamente um povo ou um grupo étnico específico, mas, sim, um tronco linguístico, ou seja, uma língua que deu origem a diversas outras línguas africanas, as quais abarcam um grande complexo de povos com características linguísticas e culturais semelhantes. Mancuas, Angicos, Congos e Cabinda estão entre os grupos bantos trazidos ao Brasil. Esses grupos reproduziram seu tipo de organização social nos quilombos e nos influenciam de várias formas: a capoeira de angola, a congada, as danças e cerimônias, o cateretê, o caxambu, o batuque, o samba, o jongo, o lundu e o maracatu são legados dos povos bantos. No português, a maioria das palavras africanas são de origem banto, como “dengoso”, “sambista”, “xingamento” e “moleque”. De todo modo, o ataque linguístico foi fatal para este patrimônio cultural. Como observa Juana Elbein dos Santos (1977,p. 51) *apud* Nascimento (2002, p.143):

Perdida a língua como meio de comunicação cotidiano, só se conserva um riquíssimo repertório de vocábulos, de frases e textos ligados à atividade ritual. Constitui, hoje em dia, uma língua ritual, utilizada unicamente como veículo coadjuvante do rito. O sentido de cada vocábulo foi praticamente perdido; o que importa é pronunciá-lo na situação requerida e sua semântica deriva de sua função ritual (Ibidem).

Em consequência, além da destruição da língua nagô ou iorubá, outras coisas também foram destruídas, pois se tornou quase impossível entender ou resgatar a totalidade do significado dos escritos africanos sagrados e históricos. Como resultado do esmagamento das línguas africanas e da imposição da língua portuguesa, tentou-se romper a conexão entre os africanos e o tecido espiritual e histórico que formava seu mundo simbólico.

Com efeito, preservar a cultura africana de outras formas foi necessário. De acordo com Ribeiro (1996), as expressões dança, canto e a música tornam-

se um tripé indissolúvel. Estas três expressões encontram-se unidas em várias manifestações culturais, criando uma variedade sonora e percussiva peculiar a musicalidade e dança africana e afro-brasileira.

Devido à diversidade musical existente nas culturas bantu, foi introduzida gradativamente ao cenário musical brasileiro, os ritmos africanos bantu que teve como ícone da musicalidade o samba, que hoje é o gênero musical que identifica o Brasil musicalmente em todo o mundo. Sua origem vem da palavra semba, da língua quicongo, falada no Congo e Angola, e significa uma forma de dança praticada entre os escravizados de origem bantu, tipo umbigada. Deste gênero musical se originaram diversos outros que hoje ouvimos diuturnamente em nossas rádios e televisões, difundindo alegria e criando uma grande diversidade de danças (MINATOJY, 2015, p. 97).

A cultura africana apresenta em seu centro a necessidade de integrar elementos que compõem o mundo e a realidade. Na diversidade da cultura negra o corpo encontra-se integrado, dança-se com a voz, canta-se com o corpo e a música expressa-se em todos estes elementos. A musicalidade apresenta-se como elemento central no cotidiano colonial dos africanos. Nas festividades, nos ritos religiosos e na vida de trabalho, ela esteve presente. Tanto que os brancos não conseguiam distinguir o que era dança, luta, rito e festa. Com a habilidade de integrar em seu corpo e em sua coletividade suas expressões, os negros perpetuaram suas tradições, apesar da agressão linguística. A música popular brasileira está repleta destas influências africanas, marcadas: no samba, no maracatu, no baião, nas marchinhas, no frevo entre tantas outras.

Os cantos de trabalho são expressões destas formas de integrar a música e a dança no dia a dia colonial. A canção de ninar crianças faz parte deste conjunto como literatura oral e musical negra, muito difundida em nosso cotidiano ainda nos dias de hoje. Os africanos ao cuidarem dos meninos da casa grande traziam consigo as canções vindas da África, com seus mitos e lendas que alimentam as fantasias da infância brasileira. Com o Tutu, o Bicho Papão, o Papa Figo, o Câmara Cascudo, entre outros. Como afirma Duarte (2013), quanto ao termo Tutu que é de origem do vocábulo quimbundo, ou angolês quitutu, correspondente a papão, ou ao Bicho papão tão presente em nosso imaginário infantil.

Ainda nas canções de trabalho, o coco de roda aparece como outra

expressão deste conjunto. Uma dança popular e musical brasileira que penetra em muitos estados do Brasil. Apresenta sua origem no trabalho de quebra de cocos para extração de sua matéria. Esta dança se fez presente nos quilombos, senzalas e terreiros. Em cada batida uma estrofe e canção que embala o trabalho da quebra do coco. De acordo com Duarte (2013), tem sua fonte originária no Quilombo dos Palmares, na quebra do coco, que naquela região era abundante e uma das fontes de nutrição do povoado. O coco de roda tem muitas variações e ciclos, que se diversificam em cada região e localidade.

Muitos elementos africanos encontram-se na musicalidade brasileira, como por exemplo os instrumentos musicais. É intensa a presença africana nos instrumentos como: tambores, pandeiro, chocalhos, alfaias, os agogôs entre tantos outros que compõem nossa diversidade musical. Muitos deles, como a alfaia e o agogô são indispensáveis a algumas expressões musicais, no caso o maracatu e o maracatu rural, que sem estes instrumentos não podem ser musicados e dançados.

A musicalidade torna-se a tal ponto importante na cultura africana e encontra-se tão integrada a sua forma de interpretação da realidade, que algumas narrativas e contos só fazem sentido se forem cantadas, sem o canto é impossível narrar a história (RIBEIRO, 1996). Como no caso das músicas de capoeira e os cocos de roda, que são construídos pelo encadeamento da palavra cantada com as variadas entonações oferecidas a ela. Assim, a arte, a vida e o trabalho encontram-se sempre presentes na cultura africana e afrodescendente, que trouxeram para vida brasileira está estética que não separa vida, obra e trabalho.

A diversidade de etnias que aportaram em terras brasileiras trouxe consigo suas crenças, ritos e entidades, buscando unir suas crenças para realizar suas celebrações e seus cultos. Estas práticas deram origem ao Candomblé (Kamdombile – culto e oração), que era usado para designar as tradições de nações do grupo sudanês, bem como, a Umbanda, que foi mais desenvolvida no contexto urbano e apresenta influências do catolicismo e do espiritismo kardecista (RIBEIRO, 1996). As nações do Candomblé podem ser identificadas pelo idioma utilizado para designar seus deuses, alimentos, cantos, rituais e roupas. Quando presentes elementos do idioma ewe identifica-se origem da nação jeje; porém, se apontar a presença do idioma iorubá trata-se de identidades kêtú e nagô. De acordo com Lody (1987, apud RIBEIRO, 1996, p. 111-112): “[...] as nações foram organizadas em: Kêtú-nagô – Iorubá; Jexá ou Ijexá – Iorubá; Jeje – Fon; Angola –

Banto; Congo – Banto; Angola – Congo – Banto; Caboclo – modelo afro-brasileiro.

Já a Umbanda é constituída por elementos oriundos de várias religiões. No altar ou congá figuram imagens cristãs, africanas, personagens como índios, pretos-velhos, ciganos, marinheiros, entre outros. As rezas apresentam também este sincretismo religioso, com orações cristãs e cânticos aos orixás. Podemos afirmar que a Umbanda se apresenta como expressão religiosa riquíssima em seus elementos e estrutura, constituída como uma maneira dos negros reelaborar e de fazer resistir seus ritos, rezas e práticas religiosas, que por estarem fora da matriz cristã ocidental, eram proibidas e perseguidas. Como afirma Ribeiro (1996, p. 133): “[...] os africanos criaram seu espaço de resistência cultural e de luta social, nas relações de grupo estabelecidas em torno das práticas religiosas”.

Historicamente, muitas religiões, especialmente as de matrizes africanas, foram perseguidas e marginalizadas no Brasil, enfrentando preconceitos que resultaram e resultam em ataques a terreiros, agressões aos praticantes e discursos de ódio. A História comprova que as religiões de matrizes africanas são partes essenciais da identidade cultural e espiritual do Brasil, representando séculos de resistência, tradição e pertencimento. No entanto, essas práticas religiosas foram historicamente marginalizadas e alvo de intolerância, tornando fundamental a existência de leis que assegurem sua valorização, proteção e o direito ao livre exercício da fé.

A intolerância às religiões de matriz africana e afro-brasileiras estão presentes na história do Brasil e ainda perduram em nosso dia a dia. Um fato marcante sobre o processo de violência sofrido por estas religiões foi a chamada Quebra de Xangô, ocorrida em 1912 em Maceió. Xangô é termo utilizado para se referir ao Candomblé nos Estados de Alagoas e Pernambuco, o qual mostra a forte influência deste orixá na região. Na Quebra de Xangô os terreiros foram invadidos e destruídos. Pais e mães de santo foram espancados e alguns assassinados em praça pública. Este evento marca a violência e a intolerância presentes nas religiões, cultos e as expressões culturais de matriz africana e afro-brasileira. A luta por direitos à expressão da cultura e cosmovisão negra é uma luta que deve ser encampada, para que as nações negras possam ter a liberdade de afirmar suas crenças e valores.

Nesse sentido, leis contra a intolerância religiosa foram criadas para garantir o direito fundamental à liberdade de crença e culto, protegendo as

diversas expressões religiosas da discriminação e da violência. Desse modo, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso VI, garante a liberdade religiosa, assegurando que todas as crenças possam ser praticadas sem discriminação. Além disso, a Lei nº 7.716/1989 criminaliza atos de preconceito de raça, cor e, posteriormente, a intolerância religiosa, permitindo a punição de práticas discriminatórias contra religiões de matrizes africanas. Outro avanço significativo foi a Lei nº 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e reconheceu oficialmente essas tradições religiosas como parte do patrimônio cultural brasileiro.

No âmbito da educação, a Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, promovendo o conhecimento sobre as contribuições dessas tradições na formação da identidade nacional e combatendo o preconceito e a desinformação. Já a Lei nº 14.519/2023 criou a Política Nacional de Combate à Intolerância Religiosa e à Discriminação Religiosa, estabelecendo medidas para garantir o respeito à diversidade de crenças e coibir a perseguição contra religiões de matrizes africanas e outras práticas religiosas.

Essas leis são fundamentais para garantir não apenas a liberdade religiosa, mas também a preservação dos terreiros, rituais e símbolos das religiões afro-brasileiras. Ao proteger essas expressões de fé, o Brasil fortalece sua diversidade cultural e reafirma seu compromisso com a justiça social, a igualdade e o respeito às tradições que compõem sua riqueza histórica. Essas políticas de ações afirmativas vão de encontro ao projeto de branqueamento da sociedade brasileira. Projeto este que vem sendo implantado em nosso território desde o processo de colonização. Aqui não foram apenas as terras e os recursos materiais colonizados, houve e ainda se estende em todo território nacional as tentativas de colonização subjetivas de nossas identidades, guiando as formas de pensar, agir e compreender a realidade que nos cerca. A negação das origens e contribuições africanas na constituição do povo brasileiro é o enraizamento do branqueamento presente em nossa sociedade.

A ancestralidade africana determina significativamente a constituição da identidade nacional brasileira, apesar da negação desse fato, imposta pela ideologia do branqueamento que determina como modelo identificatório para o

desenvolvimento das identidades individuais, o europeu. No entanto, como o que vive clama por expressar-se, a força vital da alma africana, presente no grupo brasileiro, contida por tanto tempo e através de tantos recursos e estratégias do poder branco, terminará por romper a espessa casca em torno dela construída (RIBEIRO, 1996, p.134).

Portanto, a contribuição do negro à nossa cultura é rica, relevante e duradoura. É um grupo étnico de maior relevância na formação da sociedade brasileira, devido a quantidade de marcas culturais e genéticas aqui presentes em que se percebe em traços físicos e nos mais variados hábitos e costumes, além das influências na religiosidade, nas expressões materiais e culturais. Apesar do longo e violento processo de aculturação, a cultura africana no Brasil não foi destruída, persistindo e transformando a nossa própria cultura. Dessa forma, entende-se que o conceito de cultura é uma tapeçaria complexa e multifacetada que permeia todas as facetas da vida humana.

É um reflexo das tradições, crenças, valores, costumes, arte e expressões de um grupo de pessoas, e sua importância transcende fronteiras geográficas, étnicas e temporais. A cultura também pode ser entendida como o conjunto de padrões de comportamento, crenças, instituições e realizações materiais transmitidas de geração em geração em uma sociedade. Ela abrange uma ampla gama de elementos, incluindo linguagem, religião, arte, música, culinária, vestuário, arquitetura, tradições familiares etc.

Em essência, a cultura é a forma como as pessoas dão significado ao mundo ao seu redor e se relacionam com ele. Uma das características mais marcantes da cultura é sua diversidade. Cada sociedade, comunidade e grupo étnico possui sua própria cultura distinta, moldada por sua história, geografia, ambiente, valores e interações sociais. Essa diversidade cultural é um testemunho da riqueza da experiência humana e da capacidade de adaptação e inovação das pessoas ao redor do mundo.

E por meio de práticas culturais como a música, a dança, a religião, a culinária e as manifestações artísticas, que os quilombolas mantêm vivas as tradições de seus ancestrais e transmitindo-as de geração em geração. Essa preservação da cultura africana é essencial para manter viva a memória das

lutas e conquistas do povo negro e para promover o orgulho e a autoestima das comunidades quilombolas. É um tesouro cultural vivo, guardando em suas tradições, histórias e memórias uma parte valiosa da identidade brasileira. No cerne dessas comunidades, a preservação da memória desempenha um papel crucial, não apenas para manter viva a herança ancestral, mas também para fortalecer a luta por direitos, autonomia e reconhecimento.

## Considerações finais

Os quilombos, historicamente, foram refúgios de resistência e liberdade para os afrodescendentes que fugiam da escravidão. Eles são testemunhas de uma história de luta contra a opressão e de resiliência diante das adversidades. Preservar a memória dessas comunidades é honrar a coragem e a perseverança de seus antepassados, é reconhecer sua contribuição para a construção da sociedade brasileira. Um dos aspectos mais importantes da preservação da memória quilombola é o resgate e o registro das tradições orais. Muitas dessas comunidades possuem uma rica tradição de contar histórias, transmitindo de geração em geração conhecimentos, crenças, mitos e práticas culturais.

Essas narrativas são fundamentais não apenas como registros históricos, mas também como fontes de identidade e coesão social. Além das narrativas orais, a preservação da memória quilombola também envolve a proteção de locais históricos e sagrados, como cemitérios ancestrais, terreiros de candomblé, casas de reza e áreas de remanescentes de quilombos. Esses espaços carregam uma carga simbólica imensa, sendo fundamentais para a manutenção das tradições religiosas, rituais e práticas comunitárias. A preservação da memória quilombola não é apenas uma questão de memória histórica, mas também um imperativo para a garantia dos direitos dessas comunidades. Muitas vezes, a falta de reconhecimento oficial dos territórios quilombolas e a pressão por falta de interesses/investimentos econômicos ameaçam a existência dessas comunidades e sua forma de vida.

Nesse contexto, a preservação da memória torna-se uma ferramenta poderosa na luta pela titulação de terras, pela garantia de acesso a recursos naturais e pela promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, a preservação da

memória quilombola contribui para o combate ao racismo e para a promoção da igualdade racial. Ao reconhecer e valorizar a história e a cultura dessas comunidades, estamos desafiando narrativas hegemônicas que marginalizaram e invisibilizaram os afrodescendentes ao longo da história do Brasil. Em suma, investir na preservação da memória em comunidades quilombolas é investir na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural. É reconhecer a importância da diversidade cultural e do patrimônio imaterial para a construção de identidades fortes e resilientes. É, acima de tudo, honrar o legado de resistência e liberdade que essas comunidades representam.

## Referências

- ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas: áreas de cana de açúcar: pesquisa e interpretação**. Maceió: Edufal, 2013.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2011.
- JAMES, George. **O Legado Roubado**. Esta na hora real, 2015. Disponível em: <https://estahorareall.wordpress.com/2015/01/12/legadoroubadogegegmjames/>
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Tradução: Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2º ed. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1977.
- MINATOJY, Taata. **Nkisi, capoeira e samba: contribuições da cultura bantu à sociedade brasileira**. In: MANDARINO, Ana; GOMBERG, Estélio. (Org.). *Candomblés: encruzilhadas de ideias*. 2004. p. 87-104.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. 2ª ed. Brasília/ Rio de Janeiro:

Fundação Palmares/ OR Editor Produtor, 2002.

RAYMOND, Williams. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. **A alma africana no Brasil. Os Iorubas**. São Paulo: Editora Odu duwa, 1996.

ROMERO, Sílvio. **Compendio de História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira: o que é, como se faz**. 3º ed. São Paulo: Editora: Loyola, 2002.